

TERMO DE REFERÊNCIA

Nº 004/2024

O presente termo tem por objeto a contratação da prestação de serviços de **COORDENAÇÃO EM COMUNICAÇÃO MONITORAMENTO E PARTICIPAÇÃO (ANTROPOLOGIA)** pela CONTRATADA à CONTRATANTE, no âmbito da Consultoria Técnica Independente às Comunidades Pataxó e Pataxó Hã-Hã-Hãe atingidas pelo rompimento da Barragem BI da Mina do Córrego do Feijão. Este serviço inclui: implantar estratégias de comunicação, monitoramento e participação que se alinhem com os objetivos da Consultoria Indígena; analisar necessidades e preferências das comunidades-alvo, identificação de canais de comunicação eficazes, organização de eventos e definição de indicadores de monitoramento e avaliação; facilitar a participação ativa das partes interessadas no processo de tomada de decisão e implementação da Consultoria Indígena; analisar as dinâmicas culturais, normas sociais e estruturas de poder que podem influenciar a eficácia das atividades de comunicação, monitoramento e participação; capacitar e treinar membros da equipe e parceiros locais sobre questões relacionadas à comunicação intercultural, métodos de monitoramento participativo e técnicas de facilitação de grupos; trabalhar na avaliação do impacto das suas atividades, coletando e analisando dados para medir os resultados alcançados e identificar lições aprendidas com o objetivo de ajustar e melhorar as estratégias e práticas ao longo do tempo.

1. CONTEXTO

a) Contexto do Termo de Referência

Em 25 de janeiro de 2019, a Barragem I da Mina do Córrego do Feijão, localizada no município de Brumadinho (MG), rompeu-se. Com altura de 86 metros e comprimento de crista de 720 metros, a Barragem abrigava milhões de metros cúbicos de rejeitos de minério de ferro, que avançaram rapidamente em direção à área administrativa e operacional da empresa Vale S.A. e, em seguida, soterraram as Barragens IV e IV A do Complexo Minerário Paraopeba. Após alcançarem o Ribeirão Ferro-Carvão e as comunidades de Córrego do Feijão e Parque da Cachoeira, os detritos de rejeitos avançaram sobre o Rio Paraopeba, atingindo a cidade de Brumadinho e, em consequência, os municípios de Mário Campos, São Joaquim de Bicas, Betim, Igarapé, Juatuba, Esmeraldas, Florestal, Pará de Minas, São José de Varginha, Fortuna de Minas, Pequi, Maravilhas, Paraopeba, Papagaios, Curvelo e Pompéu, entre outras localidades situadas em torno do Lago da UHE de Três

Marias (CPI Brumadinho, 2019: 29-31). O desastre vitimou 270 pessoas – entre 259 óbitos confirmados e 11 desaparecidos – e despejou 12,7 milhões de metros cúbicos de rejeitos minerários na bacia do Rio Paraopeba, causando danos e perdas ambientais, econômicas, materiais e humanas.

A aldeia indígena de Naô Xohã, composta por famílias dos povos Pataxó e Pataxó Hã-Hã-Hãe estabelecidas às margens do Paraopeba, no município de São Joaquim de Bicas (MG), foi uma das comunidades tradicionais atingidas pelo rompimento. O desastre desencadeou uma diversidade de danos socioeconômicos, socioculturais, ambientais e à saúde física e mental das comunidades indígenas vinculadas à aldeia Naô Xohã, distante a 17,6 quilômetros do Complexo do Paraopeba.

b) A Consultoria Socioeconômica Independente

O Instituto de Estudos do Desenvolvimento Sustentável (IEDS) é uma organização não governamental de atuação nacional, constituída como associação civil sem fins lucrativos, apartidária, pluralista e reconhecida de utilidade pública. A sua finalidade é desenvolver a consciência, o estudo e a prática social do desenvolvimento sustentável em todas suas dimensões, com a proposição e estímulos a projetos e ações nas áreas de cultura, educação, meio ambiente, planejamento territorial e urbano, arquitetura, habitação social, design, tecnologia, eficiência energética e comunicação. Seus trabalhos possuem característica multidisciplinar, contando com um corpo técnico constituído por cientistas sociais, antropólogos, historiadores, arquitetos e urbanistas, advogados, educadores, biólogos, geógrafos, psicólogos, agentes culturais, paisagistas, entre outros.

O IEDS tem comprovada experiência em trabalhos empregando metodologias participativas com atingidos por desastres socioambientais e grandes empreendimentos, populações tradicionais e povos indígenas, com destaque para o Dossiê de Tombamento de Bento Rodrigues no contexto da reparação do desastre da Barragem do Fundão em Mariana (MG), realizado pelo Instituto.

A Consultoria Socioeconômica a ser conduzida pelo IEDS junto à comunidade de Naô Xohã e seus núcleos familiares têm seu escopo definido no TAP-E Pataxó, firmado entre os Pataxó e Pataxó Hã-Hã-Hãe, a FUNAI e o MPF com a empresa Vale S.A. em abril de 2019 relativo à implementação de medidas em resposta ao rompimento e soterramento das Barragens I, IV e IV A da Mina do Córrego do Feijão, localizada no Complexo do Paraopeba, no município de Brumadinho, Minas Gerais.

2. OBJETO DO TERMO DE REFERÊNCIA

2.1. O objeto desta contratação é obter os serviços de **Coordenação em Comunicação Monitoramento e Participação (Antropologia)** para a Consultoria Técnica Independente às Comunidades Pataxó e Pataxó Hã-Hã-Hãe atingidas pelo desastre da Mina do Córrego do Feijão, visando garantir que todas as etapas e procedimentos necessários para o diagnóstico de danos e impactos à cultura e Plano de Reparação, sejam adequadamente contemplados, de acordo com as normas vigentes e em conformidade com os interesses da Comunidade Indígena Pataxó e Pataxó Hã Hã Hãe com base neste Termo de Referência e no Termo de Ajuste Preliminar Emergencial – (“TAP-E”) extrajudicial celebrado pelo MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, o Povo Indígena Pataxó Hã Hã Hãe e Pataxó da Comunidade Naô Xohã, a VALE S.A., com a interveniência da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, no âmbito do inquérito civil no 1.22.000.000418/2019-12.

3. ESCOPO DOS SERVIÇOS

3.1. Facilitar comunicação com as comunidades e monitoramento de impactos.

3.2. Realizar contatos com as lideranças de cada comunidade indígenas mantendo informação e disponibilizando ouvidoria.

3.3. Trabalhar no desenvolvimento e na implantação de estratégias de comunicação, monitoramento e participação que se alinhem com os objetivos do plano: análise das necessidades e preferências das comunidades-alvo, identificação e mobilização de canais de comunicação eficazes, organização de oficinas de formação dos agentes indígenas e definição de indicadores de monitoramento e avaliação pelos indígenas da execução do Estudo.

3.4. Participar das visitas técnicas, oficinas e reuniões de equipe, trabalhando no envolvimento e mobilização das partes interessadas relevantes, incluindo as comunidades indígenas, líderes comunitários, organizações da sociedade civil e outras partes interessadas e facilitar a participação ativa dessas partes no processo de tomada de decisão e formulação do plano.

3.5. Analisar as dinâmicas culturais, normas sociais e estruturas de poder que podem influenciar a eficácia das atividades de comunicação, monitoramento e participação.

3.6. Capacitar e treinar os agentes indígenas com dinâmicas participativas em formato de reuniões e oficinas presenciais para treinamento para monitoramento e participação, bem como outros membros da equipe e parceiros locais sobre questões relacionadas à comunicação intercultural, métodos de monitoramento participativo e técnicas de facilitação de grupos.

3.7. Trabalhar na avaliação do impacto das suas atividades, coletando e analisando dados para medir os resultados alcançados e identificar lições aprendidas com o objetivo de ajustar e melhorar as estratégias e práticas ao longo do tempo.

3.8. Participar colaborativamente das Oficinas Multidisciplinares nas comunidades indígenas em MG e na Bahia, ministrando dinâmicas rápidas participativas a fim de obter os dados necessários para o Estudo.

3.9. Produzir relatórios escritos e audiovisuais que indiquem o monitoramento, a participação e a avaliação do estudo pelos indígenas.

3.10. Elaboração de estratégias de comunicação e participação para o Plano de Reparação.

4. DA PROPOSTA TÉCNICA

4.1. Deverá ser apresentada uma proposta de Estudo que contenha objetivos, justificativa e metodologia em conformidade com o item 3 acima descrito.

4.2. Para a realização do trabalho é considerado obrigatório uma equipe/pessoa capacitada, com formação acadêmica e experiência comprovada nas atividades propostas para esse Termo.

4.3. São requisitos mínimos para a composição da equipe/pessoa técnica, que deverão ser comprovados por meio dos documentos cabíveis:

4.3.1. Formação acadêmica: Licenciatura Educação (Educação Intercultural Indígena), Ciências Sociais. Mínimo mestrado em Ciências Sociais, Educação ou Antropologia.

4.3.2. Experiência: mínimo de 2 (dois) anos de atuação comprovada em assessoria, estudos técnicos juntos aos povos originários.

4.3.3. Será um diferencial pessoa indígena.

4.4. A empresa proponente se responsabiliza, exclusivamente, pelos vínculos de trabalho e modelos de contratação dos profissionais que farão parte da sua equipe técnica.

4.5. A equipe técnica do IEDS, caso julgue necessário, poderá requerer a substituição do prestador de serviço indicado pela empresa CONTRATADA. A substituição pode ser requerida nas seguintes circunstâncias: inadequação de habilidades ou competências; problemas de desempenho; conflitos de interesse; falta de disponibilidade; mudanças nas necessidades do projeto.

5. DO ARMAZENAMENTO, TRATAMENTO E TRANSMISSÃO DOS DADOS

5.1. O armazenamento, o tratamento e a transmissão dos dados devem seguir as recomendações da lei Nº 13.709/2018 (LGPD) que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito

público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

6. DAS VEDAÇÕES

6.1. Para este fim, compreende-se por conflito de interesses as seguintes situações:

6.1.1. Participar das Comissões de Atingidos.

6.1.2. Ser atendida ou beneficiada pelos programas ou projetos de reparação de danos executados da Vale S.A. ou ser cônjuge ou companheiro de pessoa que esteja nessas condições.

6.1.3. Prestar serviços à Vale S.A. ou a empresas que prestam serviços à Vale S.A.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais.

7.2. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos necessários dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

7.3. Apresentar ao CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que executaram as visitas e serviços desta contratação.

7.4. Executar os serviços dentro dos prazos ajustados, cumprindo o cronograma, responsabilizando-se por quaisquer prejuízos advindos de sua inobservância.

7.5. Relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

7.6. A terceirização de quaisquer etapas da execução do trabalho do presente objeto, deverá ser previamente aprovada pela equipe do IEDS.

7.7. Permanecer à disposição da Diretoria do CONTRATANTE para esclarecer ou prestar informações e apurar fatos específicos sobre matéria de competência da CONTRATADA, quando solicitada, sempre previamente convocada e agendada conforme disponibilidade das partes.

7.8. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao CONTRATANTE.

7.9. Cumprir o disposto no inciso XXXIII, art. 7º, da Constituição Federal, não empregando menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de

dezesseis anos, assim como assume o compromisso de declarar a superveniência de qualquer fato impeditivo à sua habilitação.

7.10. Conduzir os trabalhos de acordo com as boas normas técnicas, em correta observância à legislação federal, estadual e municipal, vigentes ou futuras, e a quaisquer ordens ou determinações do poder público.

7.11. Executar os serviços com diligência e com o mais alto padrão de qualidade, observando os prazos acordados.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1 Além das demais obrigações previstas neste termo de referência, serão obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exercer a fiscalização dos serviços por pessoal especialmente designado, bem como notificar a CONTRATADA sobre quaisquer irregularidades verificadas na execução dos serviços.

8.1.2. Se responsabilizar primariamente na prevenção e detecção de erros e fraudes, conforme orientações e procedimentos fornecidos pela contratada.

8.1.3. Disponibilizar dependências físicas para alocação da equipe da CONTRATADA, se necessário.

8.1.4. Efetuar os pagamentos devidos nas condições a serem estabelecidas em CONTRATO, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para a execução dos serviços contidos nesse termo de referência e na sua proposta.

8.1.5 Considerando-se a natureza interdisciplinar e interdependente entre as áreas deste Estudo, garantir que os produtos técnicos das outras áreas dos quais o serviço desta contratada depende para a efetuação do seu trabalho conforme planejado sejam entregues à contratada em tempo hábil conforme cronograma consolidado.

9. DA VIGÊNCIA

9.1. Para o desenvolvimento dos trabalhos, objeto deste Edital, estima-se o prazo de 17 (dezessete) meses de vigência do contrato, conforme execução dos trabalhos.

9.2. Em casos de rescisão contratual, a declaração de ruptura contratual deve ser comunicada expressamente à outra parte, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias e exposição dos motivos que a ensejaram.

9.3. A rescisão de contrato não configura ônus para nenhuma das partes, ficando a contratante responsável pelo pagamento das atividades executadas e não quitadas no momento da rescisão.

10. DA FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

10.1. Não obstante a contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os SERVIÇOS determinados neste Termo de Referência, a CONTRATANTE reserva o direito de, sem que, de qualquer forma, restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os SERVIÇOS.

11. DA QUALIFICAÇÃO DO PRESTADOR DE SERVIÇO

11.1. O Prestador de Serviço a ser contratado deverá apresentar a seguinte documentação:

11.1.1. Currículo atualizado.

11.1.2. Comprovação de formação acadêmica.

11.1.3. Experiência de trabalho com comunidades indígenas (se aplicável).

11.1.4. Proposta técnica e financeira.

11.1.5. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado.

11.1.6. Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

11.1.7. Certidão de regularidade fiscal (Municipal, Estadual e Federal).

11.1.8. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e FGTS.

11.1.9. Comprovante de Endereço.

11.1.10. Cópia da Identidade.

11.1.11. Cópia do CPF.

11.1.12. Declaração proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

12. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DESEMBOLSO

12.1. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE, após a aprovação pelo coordenador geral do projeto mediante a entrega dos produtos previstos (ver cronograma de desembolso abaixo). O coordenador geral pode dispor de no máximo 7 (sete) dias corridos para esta aprovação; a CONTRATADA disporá de no máximo de 5 (cinco) dias corridos para adequações eventuais e devolução do produto com possíveis ajustes solicitados pelo coordenador geral; e emissão da nota fiscal.

12.2 O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária a favor da proponente vencedora, até o 3º (terceiro) dia útil, após o recebimento do documento fiscal referente à prestação do serviço.

12.3. A proponente vencedora deverá fazer constar na Nota Fiscal correspondente, o número de sua conta bancária e respectiva agência, bem como o nome do projeto e sua função na Consultoria.

12.4. A CONTRATANTE efetuará o pagamento somente à proponente vencedora, que também deverá ser a emitente da nota fiscal, em conta bancária da pessoa jurídica, vedada sua negociação com terceiros.

12.5. No valor deverão estar inclusos os impostos sobre serviços e os encargos fiscais, previdenciários, sociais e trabalhistas, que recaírem sobre a empresa proponente, necessários à execução do serviço.

12.6. As despesas relativas às viagens necessárias (passagens terrestres e aéreas, hospedagem), conforme previsto no cronograma de execução da Consultoria serão arcadas pela empresa contratante.

12.7. As despesas relativas às chamadas interurbanas, alimentação, inclusive impostos e obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias devidas, etc., serão arcadas pela empresa CONTRATADA, devendo estar contidas na proposta de preço a ser apresentada.

12.8. Ocorrendo erro na apresentação da Nota Fiscal, esta será devolvida ao fornecedor/contratado para retificação, ficando estabelecido que o pagamento seja efetuado após a apresentação da nova Nota Fiscal, iniciando-se nova contagem de tempo.

12.9. É expressamente vedado à contratada cobrança ou desconto de duplicatas através de rede bancária ou de terceiros.

12.10. Os pagamentos poderão ser contestados pela CONTRATANTE nos seguintes casos:

12.10.1. Não cumprimento das obrigações assumidas que possam, de alguma forma, prejudicar o contratante.

12.10.2. Inadimplência de obrigações da contratada para a CONTRATANTE.

12.10.3. Erros e vícios nas notas fiscais.

12.10.4. É vedada a antecipação de pagamentos.

13. DO CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO E PAGAMENTO

O pagamento pela prestação de serviços será realizado em etapas, subsequentes de acordo com a entrega dos itens, relatórios e notas fiscais válidas, conforme detalhado abaixo:

ETAPA	PRODUTO	DESEMBOLSO
1	Relatórios contendo descrição dos roteiros e instrumentos de indicação da participação e do monitoramento. Instrumentos para supervisão dos produtos parciais e finalísticos das áreas; indicadores da produtividade das áreas; redigir críticas circunstancia e notificações de lacunas das produções parciais e finais das áreas técnicas do Estudo (antropologia, meio ambiente, saúde, jurídico)	5,8%
2	Relatório de atividades contendo descrição dos processos de avaliação e monitoramento pelos agentes indígenas e suas respectivas comunidades; Redigir críticas circunstancia e notificações de lacunas das produções parciais e finais das áreas técnicas do Estudo (antropologia, meio ambiente, saúde, jurídico); Redação com críticas circunstancia e notificações de lacunas das produções parciais e finais das áreas técnicas do Estudo (antropologia, meio ambiente, saúde, jurídico); Redigir críticas circunstancia e notificações de lacunas das produções parciais e finais das áreas técnicas do Estudo (antropologia, meio ambiente, saúde, jurídico)	5,8%
3	Relatório de atividades contendo descrição dos processos de avaliação e monitoramento pelos agentes indígenas e suas respectivas comunidades; Redação com críticas circunstancia e notificações de lacunas das produções parciais e finais das áreas técnicas do Estudo (antropologia, meio ambiente, saúde, jurídico)	5,8%
4	Relatório de atividades contendo descrição dos processos de avaliação e monitoramento pelos agentes indígenas e suas respectivas comunidades; Redação com críticas circunstancia e notificações de lacunas das produções parciais e finais das áreas técnicas do Estudo (antropologia, meio ambiente, saúde, jurídico)	5,8%
5	Relatório de atividades contendo descrição dos processos de avaliação e monitoramento pelos agentes indígenas e suas respectivas comunidades; redigir críticas circunstancia e notificações de lacunas das produções parciais e finais das áreas técnicas do Estudo (antropologia, meio ambiente, saúde, jurídico)	5,8%
6	Relatório de atividades contendo descrição dos processos de avaliação e monitoramento pelos agentes indígenas e suas respectivas comunidades; Redação com críticas circunstancia e notificações de lacunas das produções parciais e finais das áreas técnicas do Estudo (antropologia, meio ambiente, saúde, jurídico)	5,8%
7	Relatório de atividades contendo descrição dos processos de avaliação e monitoramento pelos agentes indígenas e suas respectivas comunidades; Redação com críticas circunstancia e notificações de lacunas das produções parciais e finais das áreas técnicas do Estudo (antropologia, meio ambiente, saúde, jurídico)	5,8%
8	Relatórios contendo descrição dos roteiros e instrumentos de indicação da participação e do monitoramento. Instrumentos para supervisão dos produtos parciais e finalísticos das áreas; indicadores da produtividade das áreas; redigir críticas circunstancia e notificações de lacunas das produções parciais e finais das áreas técnicas do Estudo (antropologia, meio ambiente, saúde, jurídico)	5,8%

9	Relatórios contendo descrição dos roteiros e instrumentos de indicação da participação e do monitoramento. Instrumentos para supervisão dos produtos parciais e finalísticos das áreas; indicadores da produtividade das áreas; redigir críticas circunstancia e notificações de lacunas das produções parciais e finais das áreas técnicas do Estudo (antropologia, meio ambiente, saúde, jurídico)	5,8%
10	Registros audiovisuais; textos, cartilhas que registrem a avaliação e o monitoramento pelos indígenas, demonstrando sua compreensão ativa dos processos e resultados.	5,8%
11	Registros audiovisuais; textos, cartilhas que registrem a avaliação e o monitoramento pelos indígenas, demonstrando sua compreensão ativa dos processos e resultados.	6%
12	Entrega da matriz de danos para as comunidades indígenas, FUNAI e Instituições de Justiça.	6%
13	Relatórios de elaboração do Plano de reparação.	6%
14	Relatórios de elaboração do Plano de reparação.	6%
15	Relatórios de elaboração do Plano de reparação.	6%
16	Relatórios de elaboração do Plano de reparação.	6%
17	Relatório dos produtos elaborados a partir das atividades da Coordenação em Comunicação Monitoramento e Participação (Antropologia).	6%

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Dúvidas na interpretação deste Termo de Referência deverão ser encaminhadas por e-mail, para institutoeds@ieds.org.br

Belo Horizonte, 01 de fevereiro de 2024.

Vilmar Pereira de Sousa,

Diretor Geral